

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

XIMENE BAGGIO HESS

ANÁLISE DE ARTIGOS QUE ENFATIZAM QUESTÕES RELACIONADAS AO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO A PARTIR DO BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES

CURITIBA

2015

XIMENE BAGGIO HESS

**ANÁLISE DE ARTIGOS QUE ENFATIZAM QUESTÕES RELACIONADAS AO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO A PARTIR DO BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Ciências Biológicas, curso de Ciências Biológicas, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lucia Silva Ratto

CURITIBA

2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

XIMENE BAGGIO HESS

### **ANÁLISE DE ARTIGOS QUE ENFATIZAM QUESTÕES RELACIONADOS AO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO A PARTIR DO BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Ciências Biológicas, curso de Ciências Biológicas, pela seguinte banca examinadora:

---

Profa. Dra. Ana Lucia Silva Ratto

Orientadora- Setor de Educação da Universidade Federal, DEPLAE UFPR

---

Profa. Dra. Lucimar Rosa Dias

Avaliadora- Setor de Educação da Universidade Federal, DEPLAE UFPR

---

Profa. Dra. Luciane Paiva Alves de Oliveira

Avaliadora- Setor de Educação da Universidade Federal, DTPEN UFPR

Curitiba, 01º de dezembro de 2015.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Silva Ratto, por aceitar o desafio de orientar este trabalho, sendo especialmente dedicada e paciente.

Ao meu noivo, por sua ajuda nesta etapa.

À minha família, por ser sempre presente.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central realizar um mapeamento das características de 12 artigos, presentes no banco de periódicos da Capes em 2014, que apresentam o termo projeto político-pedagógico em seus resumos, títulos e/ou palavras-chave trazendo discussões sobre essa temática na educação básica. A partir de sua leitura integral e criteriosa procura-se detectar traços comuns e/ou diferenciadores entre os artigos, visando aprofundar o conhecimento que se tem a respeito de como questões relacionadas ao projeto político-pedagógico aparecem enfocadas em parte significativa da bibliografia que trata do tema na educação básica. Destaca-se a baixa produção acadêmica com ênfase em questões relacionadas ao projeto político-pedagógico voltada para educação básica, fato que se contrapõe aos discursos que pontuam esse instrumento como essencial e norteador nas instituições escolares. Complementarmente, dentre outros, constata-se a ausência de autores com produções específicas na temática 'projeto político-pedagógico', assim como a dispersão em relação aos autores citados nos artigos. Outro dado a destacar é que a maioria desses artigos (8 entre um total de 12 artigos) foi produzida no campo da Política Educacional, algo que se constata seja pela explicitação de alguns autores, seja pela análise das palavras-chave ou dos temas centrais existentes em cada artigo.

Palavras- chave: Mapeamento de artigos; Projeto político pedagógico; Educação básica.

## **ABSTRACT**

This work is mainly aimed to map 12 items, in Capes periodicals bank in 2014, which has the term political-pedagogical project in their summaries, titles, or keywords and deal with the issue surrounding the PPP in basic education. From its full and careful reading try to detect common traits and / or differentiating between the items, in order to deepen the knowledge we have about how the PPP theme appears focused on significant body of literature that deals with the subject in basic education. There is the low academic production with emphasis on issues related to political pedagogical project aimed at basic education, a fact that is opposed to the discourses that punctuate this tool as an essential and guiding in schools. In addition, among others, notes the absence of expert authors in the subject political pedagogical project, as well as the dispersion relative to the authors cited in the articles. Another information to discard in the greatest part of these articles (8 among the all 12 articles were produced at Educational Policy field, something that turns out to be the explicitation of some authors, to be the key-words analysis or the main theme existent in each article.

Keywords: Mapping articles; Political pedagogical project; Basic education

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO E QUALIS.....	19
TABELA 2 - ANO DE PUBLICAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E QUANTIDADE DE ARTIGOS .....	20
TABELA 3 - AUTORES MAIS CITADOS E IDENTIFICAÇÃO DOS ARTIGOS .....	21
TABELA 4 - ÁREA DO CONHECIMENTO POR ARTIGO .....	23
TABELA 5 - PALAVRAS-CHAVE DEFINIDAS NOS ARTIGOS .....	24
TABELA 6 – TEMAS CENTRAIS EXISTENTES NOS ARTIGOS .....	26

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	11
2.1 BASE LEGAL .....	11
2.2 O PAPEL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA E ALGUMAS VISÕES .....	12
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	16
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	18
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	33
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	35
<b>APÊNDICE</b> .....	39

## 1 INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é apresentado em alguns discursos como tema central e instrumento necessário para se terem avanços na qualidade do ensino, em especial, das escolas públicas. Nesse sentido ele é normativamente obrigatório para o funcionamento das escolas. De um lado tem-se políticas governamentais que de hora em hora exigem que as escolas elaborem ou atualizem seus PPP's destacando a imprescindibilidade desse documento e apresentando, muitas vezes, roteiros para sua elaboração. De outro tem-se, com frequência, uma relação burocrática com esse documento o que leva, às vezes, a que professores de biologia –e/ou de qualquer outra área- nem se quer conheçam o documento do qual deveriam participar e executar. Nessa perspectiva de participação conjunta e instrumento essencial à vida na escola Veiga sustenta que

O projeto político-pedagógico inscreve-se, assim, numa visão conjunta, articulando as dimensões da intencionalidade com as da efetividade e possibilidade. E o projeto tem que ser viável; colocado em prática, deve ser exequível e assumido coletivamente pelo grupo, ou seja, pelos vários segmentos da comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, pais e representantes da comunidade); deve ser participativo e democrático. (Veiga, I.P.A., 1998, p. 3)

Diante disso, o presente trabalho de conclusão de curso se debruça sobre uma pesquisa feita em 2014 pela então orientanda de Ana Lúcia Silva Ratto, Emanuelle Giorgina da Silva (2014), o qual buscou realizar um mapeamento descritivo sobre o tipo de produção acadêmica que é feita no Brasil sobre a temática do Projeto Político-Pedagógico (PPP). O trabalho de SILVA (2014) consistiu em um levantamento dos resumos de artigos existentes no banco de dados da Capes, os quais abordassem o tema do PPP.

Esse levantamento foi feito através do site [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br), inicialmente em maio de 2014, digitando no campo de busca o termo Projeto Político-Pedagógico. Inicialmente apareceram 297 resumos independentemente se o termo era escrito com letras iniciais maiúsculas ou minúsculas. Buscando maior qualidade nessa produção, Silva (2014) optou por ordenar os resumos dos periódicos avaliados por pares, opção disponível no próprio site, e a quantidade de resumos caiu para 187.

Após repetidas leituras a autora percebeu que dois dos resumos eram repetidos e que muitos deles não se relacionavam com a temática PPP, não trazendo esse termo no resumo, nem no título, nem nas palavras-chave. Silva (2014) decidiu então descartá-los o que, conseqüentemente, diminuiu o número de artigos para 57, os quais foram mantidos sob análise. A partir da leitura dos resumos, Silva (2014) chegou à conclusão de que apenas 14 dos 57 resumos, traziam a temática do PPP voltada para educação básica.

Tendo como base esse levantamento anterior se evidencia, dentre outras, certa característica da produção acadêmica do país que diz respeito a baixíssima quantidade de artigos com ênfase na temática do PPP referindo-se à educação básica, apesar da importância e destaque que o projeto político pedagógico ganha no campo da educação. Sendo assim, o presente trabalho de conclusão de curso propõe-se a realizar a leitura integral e detalhada desses 14 artigos buscando fazer uma análise a fim de detectar quais são as tendências e os caminhos tomados pelos autores dos artigos quanto à discussão e abordagem dessa temática.

Durante o processo de busca, levantamento e separação dos 14 artigos, referentes aos 14 resumos levantados por Silva (2014), para que pudessem ser lidos e analisados na íntegra, dois deles precisaram ser descartados. O primeiro<sup>1</sup>, por não se apresentar na forma de artigo, sendo encontrado apenas na forma de dissertação de mestrado, mesmo depois de exaustivas buscas no banco CAPES e na internet. O segundo<sup>2</sup>, por estar redigido em língua espanhola, uma vez que a pesquisa concentra-se nas produções acadêmicas em língua portuguesa.

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é realizar um mapeamento desses 12 artigos a partir da leitura integral e criteriosa dos mesmos apontando aspectos caracterizadores, a fim de identificar traços comuns e/ou diferenciadores entre eles, visando aprofundar o conhecimento que se tem a respeito de como a temática do PPP aparece enfocada em parte significativa da bibliografia que trata do tema na educação básica.

---

<sup>1</sup> Artigo de Mônica Maria de Souza – Construindo a inclusão da temática educação sexual projeto político pedagógico de um colégio público de Goiânia-Goiás na perspectiva da pesquisa-ação.

<sup>2</sup> Artigo de Ana Maria Falcão de Aragau- Ciência e reflexividade: considerações a partir de um projeto formativo investigativo.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 BASE LEGAL

A proposição da gestão democrática pela Constituição Federal de 1988 (CF) refletiu-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (Lei nº 9.394, de 1996), em seu artigo 3º inciso VIII, que normatiza esse princípio para as instituições escolares.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII-gestão democrática do ensino público, na forma da Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Nesse sentido, a gestão democrática visa a construção de uma escola que possa avançar em suas relações com a qualidade de ensino e com a avaliação institucional. Segundo a bibliografia consultada, essas características são fundamentais para a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), pois ele orienta o planejamento e os objetivos da escola, permitindo que ela visualize não só decisões e ações presentes, mas também ações futuras. Além disso, sem esse documento a escola não pode funcionar.

Conforme os autores que tratam do tema, o PPP, através da gestão democrática procura dar uma visão global à escola, no sentido de ela ser analisada pelo seu conjunto de atores, de ações e no contexto aonde está inserida. Segundo Vasconcellos (2000, s.p.) esse posicionamento a respeito do PPP o coloca como plano global da instituição, assim

(...) entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um projeto de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar.

Em seu artigo 13 e 14 a LDB prevê que: “os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica” e “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os princípios de participação dos profissionais da educação” (BRASIL,1996). Nessa direção a LDB deixa claro que a

proposta pedagógica deverá ser elaborada e executada por cada estabelecimento de ensino e que essa construção deverá ser feita coletivamente.

Monfredini (2014, p. 50) apesar de referir-se especificamente ao plano de ação, deixa claro que este é um desdobramento do projeto político-pedagógico da escola, e coloca que

Durante a discussão que se estabeleceu<sup>3</sup>, evidenciou-se um dos problemas mais referidos pelas equipes técnicas nos encontros que é a falta de disponibilidade dos professores para participarem e se envolverem no plano de ação. (...) além dos limites financeiros e materiais, a forma de contratação da SME impõe também limites humanos.

Muito embora saibamos que as possibilidades concretas para viabilizar essa participação não sejam dadas, visto que há muitas horas letivas a serem cumpridas aliada a poucas horas atividades, entre outras limitações como, por exemplo, acúmulo de tarefas.

## 2.2 O PAPEL DO PPP NA ESCOLA E ALGUMAS VISÕES

Segundo a visão de autores como Veiga e Vasconcellos, o projeto político-pedagógico é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para a organização do trabalho escolar. Ele formula metas, prevê ações, institui procedimentos e instrumentos de ação. Nele a escola pode dizer 'a que veio', quais seus objetivos, que tipo de indivíduos pretende formar e como. Conforme estes autores o PPP deve ser construído pela escola em conjunto com a comunidade local, pois assim ele pode expressar as intencionalidades pedagógicas, políticas e sociais de uma comunidade já que foi estruturado baseado em uma diversidade de atores.

Segundo VEIGA (2001), tendo a comunidade participado dessa construção, possibilita a população o conhecimento e a avaliação dos serviços ofertados, assim como a participação nas intervenções que organizam a vida escolar. Nesse sentido ele deve/pode propiciar significado à escola no contexto da comunidade na qual está

---

<sup>3</sup> A autora refere-se às reuniões feitas com diretores, vice diretores e coordenadores pedagógicos das 37 escolas da rede municipal de São Paulo as quais foram alvo de sua pesquisa de campo.

inserido vinculando sua estruturação teórica e metodológica às intencionalidades projetadas por aquela comunidade, pois cada escola tem características únicas.

Nesse contexto Vasconcellos (2000, s.p.) afirma:

O Projeto Político-Pedagógico envolve também uma construção coletiva de conhecimento. Assim, construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento.

Para Vasconcellos (2000) a elaboração de um projeto político-pedagógico consiste em três momentos: marco referencial, diagnóstico e programação. O marco referencial diz respeito ao ponto de partida em relação à formação que a instituição pretende construir em seus alunos. Constitui definições de indivíduo e sociedade que a instituição anseia 'produzir' a partir da realidade em que a escola está inserida. Vasconcellos (2000) pontua que esse momento da construção do PPP é regado de reflexões dos indivíduos que participam dessa construção, pois são eles que definem as finalidades da instituição.

O diagnóstico é, como o próprio nome diz, o diagnóstico da realidade. Nesse momento a realidade que se faz presente e o futuro que se quer alcançar serão refletidos e comparados para que se possa detectar o que falta fazer para alcançar o que se pretende ser.

Por fim, a programação define as ações que serão tomadas para suprir o que foi detectado na fase anterior, o diagnóstico.

Como oportunamente sintetiza SOUZA (et. al. 2005, p.1),

Planejar implica em pelo menos três movimentos: que se tenha clareza de onde se quer chegar; que se consiga dimensionar a que distância se está desse ponto de chegada; e que se defina o que se deve fazer para diminuir essa distância.

Destacado o papel do PPP na escola e sua importância, cabe questionamento a respeito da diferença entre a teoria e a prática que envolve a temática. Apesar da teoria postular e orientar para que a construção do PPP seja feita de maneira intencional, direcionada, reflexiva, coletiva, entre outras orientações, muitas vezes, o que se observa na prática é a ausência, principalmente, de participação, de direcionamento e intencionalidade na elaboração do PPP. Isso

acontece tanto por parte dos gestores quanto dos professores. Os profissionais da escola, muitas vezes, não sabem quais as finalidades da escola, quais são seus objetivos e isso se reflete diretamente na construção do projeto. Seria, talvez, essa a causa do projeto –na prática- ser, as vezes, elaborado às pressas, sem contar com a colaboração dos principais atores da escola. Vasconcellos (2000, s.p.) coloca que: “(...) a função do projeto é justamente ajudar a resolver problemas, transformar a prática e, no limite, tornar menor o sofrimento”. Mas muitas vezes esses entraves que acontecem com nas escolas acabam conseqüentemente deslocando, com frequência, o projeto político-pedagógico para o campo do discurso, ficando preso ao papel, quando poderia estar colaborando e diminuindo as dificuldades da escola em lidar com os problemas ou achar soluções para eles.

O projeto político pedagógico também é comumente chamado de projeto pedagógico. Essa diversidade vai além da nomenclatura, pois estende-se aos entendimentos e aos modos de construção desse instrumento orientador das ações nas instituições escolares.

Para Veiga (1998 p.20) o PPP

é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (...) político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (...) é pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas para cumprir seus propósitos e sua intencionalidade.

No entendimento de Vasconcellos (2000) a nomenclatura Projeto Político-Pedagógico contempla desde as dimensões mais específicas da escola, e aqui incluem-se tanto a dimensão pedagógica quanto as dimensões comunitárias e administrativas, até as mais gerais como cultura, política, econômica, etc.

Sendo assim o projeto político-pedagógico parece ser um instrumento que revela as intencionalidades da instituição escolar e, como cada escola possui características que lhes são únicas, cada escola deve elaborar o seu PPP e o ter como instrumento inacabado, passível de revisões e reflexões constantes.

Colocados alguns posicionamentos, esses são dois, dos principais autores que se destacam nas discussões a respeito da temática do PPP, colocando a dimensão política em destaque, embora a pesquisa deste TCC aponte para a pouca

relevância que o termo projeto *político* pedagógico assume no conjunto da produção nacional de periódicos existentes no campo da educação básica, como veremos ficar demonstrado ao longo deste trabalho.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

A partir da decisão sobre o tema do trabalho de conclusão de curso (TCC), e depois da leitura do TCC de Emanuelle Giorgina da Silva (2014), foram marcadas sucessivas reuniões semanais para tratar do desenvolvimento do mesmo. Os primeiros artigos foram lidos concomitantemente por mim e minha orientadora, professora Ana Ratto, a fim de irmos construindo juntas alguns cuidados metodológicos, a discussão de quais aspectos mapear no conjunto dos artigos, quais marcas ou sinais estabelecer no texto a fim de facilitar a localização de certas informações, além de irmos nos debruçando sobre os argumentos de cada texto e checando se havia dúvidas ou, ao contrário, compreensões compartilhadas entre nós duas.

Tendo por base o mapeamento realizado por Knolblauch et. al. (2012), fomos definindo os aspectos a serem mapeados. Inicialmente estabelecemos a identificação de: título do artigo, autor(es), dados da publicação, palavras-chaves, temas centrais, autores citados, área do conhecimento, objetivos, hipóteses, conclusões e metodologia, colocando esses dados em um “quadro de referência”. Como as colunas trazendo os objetivos, hipóteses, metodologia e conclusões ficaram muito extensas, resolvemos retirá-las do “quadro de referência” e apresentá-las na forma de texto contínuo na direção de analisá-las com mais facilidade.

Após sucessivas análises, resolvemos manter, dentre essas últimas colunas, apenas a dimensão da metodologia das pesquisas expostas nos artigos subdividindo essa dimensão em alguns aspectos específicos, quais sejam: instrumentos, local e sujeitos envolvidos nas pesquisas. Pois, reconhecendo a densidade destes dados e nossos limites relativos à pouca disponibilidade de tempo, as questões relativas aos aspectos dos objetivos, hipótese e conclusões tiveram que ser descartadas neste momento. Também pareceu-nos que esses dados trariam muita dispersão no sentido de que não apresentariam convergências, semelhanças ou repetições significativas. No entanto, não pudemos nos aprofundar nessa análise em função da falta de tempo disponível.

Desse modo, a versão final de nosso quadro de referência para o mapeamento dessa produção ficou assim organizada: título do artigo, autor(es), dados da publicação, palavras-chaves, temas centrais, autores citados, área do

conhecimento, nível/modalidade de ensino pesquisado, instrumentos metodológicos, local da pesquisa, número de escolas/sujeitos envolvidos (Apêndice A).

Para além do que o(s) autor(es) apontam como sendo as temáticas mais importantes de seu texto, através das palavras-chaves que costumam ser em número de 3, avaliamos ser também importante ampliar esse campo para abrir-se a nossa interpretação e detalhamento do que era mais importante no conjunto das argumentações desenvolvidas, não ficando restrito do ponto de vista quantitativo. Nesse sentido, criamos a coluna que chamamos de temas centrais.

A cada leitura de cada artigo, as informações do texto eram transpostas para o quadro, conforme a especificidade de cada coluna. Feito isso, buscamos identificar e refletir sobre as características dos dados. Não pudemos avançar muito quanto ao aprofundamento das análises sobre os dados mapeados, relacionando-os com a bibliografia disponível. Isso se atribuiu ao tempo significativo gasto com a leitura integral e criteriosa relacionando a temática do projeto político-pedagógico à educação básica, algo que acabou desencadeando um trabalho, mais descritivo e menos analítico. O resultado desse trabalho será apresentado a seguir.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No QUADRO 1, apresentado a seguir, encontra-se o título dos artigos analisados assim como seu(s) respectivo(s) autor(es). Os artigos foram numerados em ordem crescente e tal numeração será retomada ao longo do trabalho a fim de facilitar a identificação dos artigos.

<b>Numeração</b>	<b>Título</b>	<b>Autor (es)</b>
Artigo 1	O projeto político pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola e nas representações sociais dos conselheiros.	Luciana Rosa Marquês
Artigo 2	O projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar.	Marília Fonseca
Artigo 3	A construção de uma alternativa curricular para a pré-escola: A experiência do NEI Canto da Lagoa.	Ana Cristina Coll Delgado
Artigo 4	O projeto pedagógico em escolas municipais: análise da relação entre autonomia e manutenção e/ou modificação de práticas escolares.	Ivanise Manfredini
Artigo 5	Sistema único de ensino: o desafio da construção e da ampliação do espaço público de direitos na escola pública de Mato Grosso	Gesuina Leclerc
Artigo 6	Mudança com máscaras de inovação	Vera Lúcia Sabong De Rossi
Artigo 7	A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito	Carlota Boto
Artigo 8	Direitos humanos e democracia na educação infantil: atuação do psicólogo em uma associação pró-educação	Julia Chamusca Chagas; Regina Lúcia Sucupira Pedroza; Angela Uchoa Branco
Artigo 9	O programa Fundescola: concepções, objetivos, componentes e abrangência- a perspectiva de melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas	João Ferreira de Oliveira; Marília Fonseca; Mirza Seabra Toschi
Artigo 10	Qualidade negociada: avaliação e contra- regulação na escola pública	Luis Carlos Freitas
Artigo 11	A prática da não-retenção escolar na narrativa de professores do ensino fundamental: dificuldades e avanços na busca do sucesso escolar	Dália Maria Andrade Glória e Leila de Alvarenga Mafra
Artigo 12	Projeto Qualidade do Ensino Público no Estado do Paraná (PQE): uma análise do malogro da qualidade total de ensino	Alexandre Shigunov Neto e Lizete Shizue Bomura Maciel

QUADRO 1- NUMERAÇÃO TÍTULO E AUTORIA DOS ARTIGOS PESQUISADOS

FONTE: Banco de periódicos da CAPES (2015)

Como o presente trabalho busca realizar um mapeamento/caracterização para fazer análises desses 12 artigos a partir da leitura integral e detalhada dos mesmos, a primeira análise que se pode fazer em relação ao QUADRO 1 é a baixa quantidade de artigos que mencionam o tema projeto político pedagógico (PPP) em seu título, palavras-chave e/ou resumo e que tratam da educação básica. O número

total de periódicos nacionais e estrangeiros existentes no banco da Capes no campo da educação em 2014, ano em que foi realizado o levantamento por Silva (2014), era 1.377. O mesmo levantamento feito um ano depois aponta um pequeno crescimento, 1.384 periódicos em 2015 (CAPES).

Sabendo-se que cada periódico comporta, pelo menos cinco artigos, teremos uma ideia da quantidade de produção no campo da educação existente no banco de periódicos da Capes, o que não se reflete no que diz respeito à produção voltada a educação básica no que diz respeito às ênfases quanto a temática do PPP, ainda que em tal banco conste também produção estrangeira na área da educação, algo que foi descartado por nós. Ainda assim, se supormos que pelo menos a metade do que consta neste banco seja uma produção nacional, temos uma ideia de quão baixa é essa produção, justamente pela alegada centralidade do tema como instrumento norteador dos avanços de que a escola precisa e deve alcançar.

Durante a leitura de cada artigo o primeiro aspecto caracterizador mapeado foi referente à revista em que foram publicados. Após levantar esse aspecto e analisar os dados foi obtido a TABELA 1, a seguir.

TABELA 1- Veículo de publicação, Qualis e Quantidade de artigos

<b>Veículo de publicação</b>	<b>Qualis (2014)</b>	<b>Quantidade de artigos publicados (dentre os 12)</b>
Revista Educação e Sociedade	A1	6
Revista Educação e Pesquisa	A1	2
Caderno Cedes	A1	2
Estudos de Psicologia	A2	1
Acta Scientiarum Human and Social Sciences	B2	1
<b>TOTAL</b>		<b>12</b>

FONTE: Banco de periódicos da CAPES (2015)

O Qualis representa a qualificação dos veículos de divulgação das produções intelectuais os quais recebem qualificação de A1, a mais elevada, passando por A2; B1; B2; B3; B4; B5 e C, com peso zero. Essa qualificação acontece anualmente e proporciona maior confiabilidade, precisão e segurança das informações (CAPES). A publicação de 83,3% dos artigos analisados foi feita em veículos com o Qualis A1, o

mais elevado, indicando uma maior consistência nos artigos. A partir da leitura de cada artigo, é possível identificar consistência na maioria dos artigos no que diz respeito à exposição dos objetivos, à densidade e à clareza teórico-metodológica apresentada. Apesar da densidade quanto aos dados apresentados e discutidos na maioria dos artigos, alguns deles apresentaram problemas em certos aspectos. Nesse sentido, tem-se o artigo 7, que se destaca dos outros por não apresentar metodologia e conclusão. Esse artigo que se propõe a traçar, de maneira histórica a partir da Idade Média, como se estrutura um PPP que contribui para formar hábitos culturais da civilização ocidental, não o faz de maneira clara. Mas, faz uma clara exposição quanto à influência da alfabetização e da importância da escrita na institucionalização da escola. O artigo 6, também de base exclusivamente bibliográfica, propõe-se a uma discussão mais voltada ao processo de modernização da educação brasileira, mas não explicita questões metodológicas nem conclusivas. Entretanto, aponta uma importante reflexão a respeito da negatividade que novas propostas de modernização na área da educação impõe sobre o passado, esquecendo-se que é sobre as experiências do passado que as inovações e mudanças são construídas.

Quanto ao ano de publicação, a maior parte dos artigos concentra-se entre os anos de 2002 e 2005, com nove artigos. Apenas dois entre os anos de 2010 e 2012 e um em 1998, como fica demonstrado na TABELA 2.

TABELA 2- Ano de publicação, identificação e quantidade de artigos

Ano de publicação	Identificação	Quantidade de artigos
1998	Artigo	1
2002	Artigo	1
2003	Artigo	3
2004	Artigo	1
2005	Artigo	3
2010	Artigo	1
2012	Artigo	1
2010	Artigo	1

FONTE: Banco de periódicos CAPES (2015)

Há um período, entre 2002 e 2005, em que a produção de artigos vem com muita força e depois essa tendência começa a se reduzir ao longo do tempo.

Quanto a atualidade dos artigos, o artigo 3, de Ana Cristina Coll Delgado, publicado em 1998, faz reflexões que podem ser trazidas, e com facilidade, para o momento atual. Ele aponta, a partir de uma experiência profissional de uma das autoras, a possibilidade das questões socioculturais que estão descritas no plano de ação condizerem com as ações pedagógicas e com as práticas escolares.

Um segundo aspecto caracterizador foi mapear quais autores eram citados no corpo dos artigos, para isso buscando-se saber em quais referências e/ou bases teóricas surgiram nos materiais examinados. A TABELA 3 ilustra os resultados obtidos a partir desse aspecto caracterizador.

TABELA 3- Autores mais citados e identificação dos artigos

AUTOR CITADO	QUANTIDADE DE ARTIGOS	IDENTIFICAÇÃO DO ARTIGO
Laurence <b>Bardin</b>	3	1, 3 e 11
Ilma P. <b>Veiga</b>	3	1, 3 e 6
Pablo <b>Gentili</b>	3	5, 6 e 12
Jose G. <b>Sacristàn</b>	3	3, 5 e 6
Marília <b>Fonseca</b>	2	2, 8
José Dias <b>Sobrinho</b>	2	2, 10
Maria H. Souza <b>Patto</b>	2	3 e 11
Pierre <b>Bourdieu</b>	2	10 e 11
Otaíza O. <b>Romanelli</b>	2	6 e 11
Jean C. <b>Forquin</b>	2	3 e 11
Paulo <b>Freire</b>	2	5 e 10
Michael <b>Apple</b>	2	3 e 6
F. <b>Marra</b> et al.	2	2 e 9
Philippe <b>Perrenoud</b>	2	8 e 11
Miguel G. <b>Arroyo</b>	2	4 e 5
Antônio <b>Viñao Frago</b>	2	6 e 7

FONTE: Bando de periódicos CAPES (2015)

Nesta tabela constam apenas os autores que foram citados em dois ou mais artigos diferentes. Entretanto, cerca de 60 autores foram citados dentre os 12 artigos, mas, por não se repetirem em artigos diferentes, não foram mencionados nesta tabela.

Analisando a TABELA 3, destaca-se que apenas uma autora, Ilma Passos Veiga, tem produção específica a respeito do tema PPP. Os livros de Veiga citados foram: 'Projeto político-pedagógico da escola' (1996), 'Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível' (1995) e 'Inovações e o projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?' (2003). Entretanto, nenhum dos três artigos que fazem referência a autora, a apontam de maneira central, são citações discretas e não são retomadas durante o desenvolvimento do artigo.

O artigo 6, de De Rossi, por exemplo, além de Veiga faz ainda citações de Gentili e Sacristàn – que também figuram entre os mais citados- mas não aponta centralidade de qualquer um desses autores. Talvez isso aconteça devido às reflexões que De Rossi se propõe a fazer, as quais traçam um perfil histórico do processo modernizador da educação brasileira. Gentili, é estudioso da área da educação, com ênfase em filosofia e política da educação, mas não tem produções específicas a respeito do tema projeto político pedagógico. Tanto Gentili quanto Sacristàn, quando mencionados nos artigos 5, 7 e 12, são citados para fazer considerações quanto a apontamentos de planejamento/gestão educacional, também não aparecem como citações centrais nos artigos o que se esperaria, já que são autores que têm produções nessas temáticas.

É importante ressaltar que muitos autores surgem nos artigos como autores relevantes para sustentar as discussões que são feitas, mas que não estão presentes na TABELA 3 por não se repetirem nos demais artigos. Exemplo desse caso é Anna Bondioli (2004), que aparece com centralidade nas citações do artigo 10 quanto às discussões que tratam da qualidade negociada. Essa autora define qualidade e propõe caminhos para atingi-la. Outro exemplo, é István Mészáros (1993) que se destaca dentre os autores citados no artigo 4 por apresentar questões fundamentais quanto às abordagens referentes à autonomia da/na escola, um dos temas centrais deste artigo.

A maioria dos artigos se baseia em autores que não estudam, especificamente, a questão do projeto político-pedagógico, sendo alguns externos, inclusive, ao campo da Educação. Bardin e Bordieu, por exemplo: o primeiro autor serve de base para apoiar estudos de análises de discurso e é do campo da Psicologia e o segundo é um clássico da Sociologia, ainda que com relevante produção no campo da Educação.

Alguns outros autores como Apple e Sacristàn são estudiosos das análises de currículo, fazendo críticas ao modo como se estruturam e as suas abordagens, não tendo produção específica na questão do projeto político-pedagógico. Diante de tal diversidade de autores e, na maioria, sem produções específicas na temática ou externos ao campo da Educação, é pertinente refletir que, se de um lado tem-se certos discursos que apontam para a enorme importância do PPP exigindo e cobrando sua (re)elaboração pela escola, de outro lado, tem-se dados que atestam a pesquisa: a baixíssima quantidade de artigos abordando o tema, concomitantemente com a quase inexistência de autores com produções específicas nesta temática que sirvam de referência para o aprofundamento e a continuidade entre as pesquisas que a enfatizam.

As leituras dos artigos também permitiram a percepção de que há um destaque significativo quanto à produção que ressalta a questão do PPP a partir do campo da política educacional. Isso se evidencia com a TABELA 4.

TABELA 4- Área do conhecimento por artigo

Área do conhecimento	Quantidade de artigo	Identificação do artigo
Política educacional	8	1; 2; 4; 5; 6; 9; 10; 12
Sociologia/Filosofia da educação	3	3; 7; 11
Psicologia da educação	1	8

FONTE: Banco de periódicos CAPES (2015)

A área de conhecimento a qual cada artigo se remete foi identificada seja a partir da explicitação do(s) próprio(s) autor(es) no texto, seja a partir de nossa interpretação, em função das características do tipo de discurso feito. Sendo assim, 8 dos 12 artigos se remetem ao campo da política educacional, relacionando questões do PPP a temas como: autonomia, democracia, gestão escolar, direitos, sistema único de ensino, políticas ou programas específicos (Fundescola, PQE, etc).

Apenas 3 artigos, entre o total de 12, foram classificados como pertencentes a área de Sociologia da Educação ou Filosofia da Educação: o artigo 3, a partir de uma experiência profissional de uma das autoras, fala da possibilidade das questões socioculturais que estão descritas no plano de ação serem aplicadas às ações pedagógicas e inseridas nas práticas escolares; o artigo 7, de Carlota Boto, traz reflexões de como a cultura escolar surgiu e como ela influencia os atores da escola,

comenta ainda sobre o processo de ensinar e a importância da relação aluno-professor. Por fim, o artigo 11, aponta a percepção dos professores, através de entrevistas com os mesmos, a respeito da não-retenção escolar e faz um importante alerta de que esta prática, que foi criada para diminuir a evasão e a exclusão de alunos, não consegue reverter, por si só este quadro do sistema de ensino brasileiro.

O direcionamento dos artigos para o campo da política educacional, voltou a ser observado em relação às palavras-chave (TABELA 5) e aos temas centrais (TABELA 6), como veremos a seguir.

Quanto às palavras-chave, essas foram definidas pelos próprios autores, em geral apresentando-se em número de 3 por artigo. Essas palavras são usadas para demarcar os assuntos principais que serão discutidos ao longo do texto. As palavras-chaves de todos os artigos foram então separadas e comparadas com o objetivo de verificar se haveria alguma repetição quanto aos interesses tratados e o que se pode observar com esse mapeamento está explicitado na TABELA 5.

TABELA 5- Palavras-chave definidas nos artigos

Palavra-chave	Quantidade de artigos	Identificação do artigo
P.P.P.	5	1, 3, 5, 6 e 10
Educação	3	4, 7, 12
Política pública	3	2, 5 e 9
Democracia	3	1, 5 e 8
Política educativa/educacional	2	4 e 9
Gestão de escolas fundamentais	2	2 e 9
Financiamento da educação	2	2 e 9

FONTE: Banco de periódicos CAPES (2015)

Como a identificação dos artigos se deu a partir da palavra ‘projeto político pedagógico’ no resumo, título ou palavra-chave, já era esperado que parte significativa das palavras-chave contemplaria justamente esse termo. Isso confirma a importância do tema na construção de cada artigo, embora nem todos os autores a tenham (re)afirmado nas palavras-chave, ainda que ele apareça nesses casos ao menos no título ou no resumo dos artigos.

Nesse sentido, o artigo 12, que trata do Projeto Qualidade no Ensino Público no Paraná, faz uma rápida consideração sobre o papel do PPP na qualidade de ensino, mas seu foco é discutir as propostas educacionais neoliberais e a crítica

dessas propostas quanto à melhora na qualidade do ensino que prometem. Se por um lado este artigo não aprofunda a discussão a respeito do PPP, ele, ao menos, faz um alerta da ênfase que essas políticas dão a área econômica sem realmente preocuparem-se com aspectos educacionais.

A palavra-chave 'políticas públicas' apareceu em parte considerável dos artigos, não somente nas palavras-chave, mas também como tema central, como veremos na TABELA 6. Também se destaca a frequência com que os artigos situam a questão do PPP no campo dos estudos sobre política educacional se levarmos em consideração que os artigos 2 e 9 tratam ainda do financiamento da educação. Esses dois artigos parecem convergir no sentido de 'concordarem' que há duas concepções antagônicas de gestão governamental dentro da esfera governamental pública. Uma de caráter gerencial que tem por base o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e outra que tem por base o PPP que evidencia a aspiração da comunidade educativa por uma escola mais autônoma e de qualidade. Nesse sentido, sem perder de vista a baixa representatividade dos artigos que se debruçam sobre o PPP na educação básica, é possível dizer que prepondera, dentro deste restrito universo, o campo da política educacional.

Outras palavras-chave também apareceram nos artigos, mas como não se repetiram em dois ou mais artigos, não entraram na TABELA 5, entre elas: conselho escolar; representações sociais; sindicalismo; pedagogia; escola; sucesso escolar; autonomia; direitos humanos; planejamento escolar; avaliação institucional; qualidade negociada; modernização da educação básica, etc.

A fim de aprofundar a identificação dos principais temas abordados pelos próprios autores dos artigos, foi mapeada mais uma variável, qual seja, 'tema central'. Para chegar a esse marcador, concomitante à leitura de cada artigo, foram anotadas os principais temas e/ou palavras abordados e aprofundados pelos autores. Diferentemente das palavras-chave, que foram selecionadas pelos próprios autores dos artigos como sendo temas ou assuntos centrais, os 'temas centrais' foram formados a partir de assuntos principais e/ou relevantes identificados por nós, durante as leituras.

Nas análises pudemos perceber que alguns termos, mesmo com diferentes escritas, tinham sentido ou significados semelhantes e assim os agrupamos. Para

melhor visualização das análises colocamos esses ‘sinônimos’ junto com seus pares. Na TABELA 6 a qual demonstra, principalmente, a não correspondência necessária entre as palavras-chave e a centralidade dos temas abordados nos artigos.

TABELA 6- Temas centrais existentes nos artigos

<b>Tema central</b>	<b>Sinônimo de</b>	<b>Quantidade de artigo</b>	<b>Onde aparecem</b>
P.P.P		6	3, 4, 5, 6, 8, e 9
Política educacional	Política pública educacional (artigos 4, 5, 6 e 9)	6	1, 2, 5, 6 e 9
Autonomia		5	1, 2, 4, 5 e 9
Qualidade de ensino		4	1, 2, 6 e 8
Cultura escolar	Cultura local/ ampla (artigos 3 e 8)	4	3, 6, 7, 8
Neoliberalismo	Políticas neoliberais (artigos 10 e 12)	3	1, 10 e 12
Gestão escolar	Gestão democrática (artigos 5 e 9)	2	1 e 2
Comunidade		2	3 e 4
Inovação	Mudança/ reforma	2	6 e 7

FONTE: Banco de periódicos CAPES (2015)

Como se pode observar ao comparar a TABELA 6 com a 5, os artigos em que aparece o termo PPP como palavra-chave ou tema central não coincidem completamente, isso por que em alguns artigos, como é o caso do 8 e 9, apesar do termo PPP não aparecer nas palavras-chaves ele teve centralidade no conjunto de argumentação desses artigos.

Podemos, com as análises feitas para obtenção dessa Tabela 6, novamente destacar o campo da política educacional, presente em 6 dos 12 artigos, associando a eles temas como autonomia, participação, gestão escolar e o próprio termo política educacional.

Os temas cultura escolar/local/ampla e comunidade apareceram nos artigos enfocados a partir do campo da Sociologia da Educação. Quanto à cultura escolar, o artigo 3 aponta para possibilidades e limites de haver uma proposta curricular que

integre os anseios da população e cultura local demonstrando a possibilidade de integração de uma proposta pedagógica que une a instituição escola e a comunidade local. Na maioria dos artigos, para não falar na sua integralidade, percebeu-se destaque à participação tanto dos sujeitos presentes na escola quanto da comunidade como meio de viabilizar um PPP que avance do “status de gaveta” para um PPP efetivo.

Um dos temas centrais que mais aparece é autonomia, em cinco dos 12 artigos. Ele aparece realçado de modo especial no artigo 4, de Ivanise Monfredini, o qual traz apontamentos interessantes no que diz respeito à relação do PPP com a autonomia da escola. Destaca, a partir da análise dos questionários feitos em sua pesquisa, o direcionamento da responsabilização pela transformação que se deseja, via implementação do PPP. Aponta, através de análises dos planos de ação das escolas pesquisadas- os quais são desdobramentos do PPP-, que a autonomia se estabelece com base no trabalho dos atores envolvidos, diante de contradições, limites e conflitos do cotidiano escolar.

A palavra democracia também se destacou, não só no sentido de refletir o quanto a participação de todos os envolvidos na rotina da escola é necessária à estruturação e à prática do PPP, mas também no fato de a escola se constituir em um espaço de convivência democrática, de acesso a todos. No mesmo sentido, ‘gestão democrática’ e ‘gestão escolar’ foram colocadas como sinônimas de democracia, pois ambas direcionam para um posicionamento de democratização da escola e desenvolvem apontamentos para que o projeto político-pedagógico seja viável e possa sair da inércia quanto à sua utilização, passando a ser um instrumento realmente útil no direcionamento das questões escolares.

Muitos outros temas centrais foram identificados, mas como não se repetiram no conjunto não constaram na TABELA 6: planejamento estratégico; currículo; desenvolvimento cognitivo; inclusão; sistemas de avaliação; reformulação do currículo; estruturação do PPP; reformulação do PPP; cidadania; custos por aluno; descentralização, etc.

A análise sobre as delimitações de ordem metodológica usadas pelo(s) autor(es) se constatou nos seguintes itens: instrumentos de pesquisa, nível e/ou modalidade de ensino, local, tipo de pesquisa, número de escolas e/ou sujeitos

pesquisados. Com esses marcadores definidos e após a leitura dos artigos na íntegra, obtivemos a QUADRO 2 a seguir.

Artigo	Nível/modalidade de ensino	Metodologias e instrumentos usados na pesquisa	Local da pesquisa	Número de escolas/sujeitos pesquisados
1	Rede Municipal de ensino. Ensino fundamental.	Coleta de dados baseada em três técnicas: associação livre (palavra indutora-associação técnica de Abric 1992-unidades de significação); entrevistas (com dirigentes, professores, pais, alunos, funcionários); solicitação de desenho sobre autonomia escolar seguida de explicação. Teoria das aproximações de Moscovici.	Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife.	Três escolas públicas pesquisadas. (Amostra composta por 23 sujeitos distribuídos por seguimento: 4 dirigentes; 4 professores; 4 pais/mães; 5 alunos(as); 2 funcionários(as); 2 membros da sociedade civil organizada).
2	Rede municipal ou estadual. Ensino fundamental.	Abordagem qualitativa de dados de entrevistas realizadas com os participantes do Grupo de sistematização do PDE (coordenador, diretor, líder de objetivos estratégicos) e também com professores não envolvidos diretamente com o projeto. Abordagem documental com base no PAIE (programa de apoio às inovações educacionais) feito entre o BM (Banco Mundial) e o Estado de Goiás.	Três municípios de Goiás.	Nove escolas públicas (sem especificação do número de participantes)
3	Educação infantil. Núcleo de educação infantil (NEI)	Abordagem qualitativa de pesquisa de campo e estudo de caráter etnográfico (análise de conteúdo baseada em Bardin). Foram feitas análises de documentos e entrevistas semiestruturadas com pais e moradores locais.	Florianópolis-SC (Canto da Lagoa)	Um núcleo de educação infantil. (Sem contabilização do número de participantes da pesquisa).
4	Rede Municipal de ensino. Ensino Fundamental.	Levantamento de dados a partir de aplicação de questionários com a equipe técnica das escolas (diretores, assistentes de diretoria e coordenadores pedagógicos), visita a uma das escolas seguida de uma entrevista com o diretor e duas entrevistas com a coordenadora pedagógica; e 4 reuniões	São Paulo.	37 escolas públicas. (Sem contabilização do número de participantes da pesquisa).

		para reflexão e discussão sobre o PPP.		
5	Educação básica.	Pesquisa de base exclusivamente documental (autora apoia-se nas relações entre Sintep-MT e Governo MT – documentadas em termos de referências, em conferências e propostas do Sintep e do Governo e no cenário político e tensões da época).	Mato Grosso	Sem pesquisa de campo
6	Educação básica	Pesquisa de base exclusivamente documental (a autora faz, através de fontes selecionadas, uma reflexão a respeito das propostas políticas quanto à inovação e modernização da educação).	Sem indicação	Sem pesquisa de campo
7	Rede de ensino	Pesquisa exclusivamente bibliográfica (autora faz uma contextualização histórica sobre a escolarização – começa pela idade média, passando pela alfabetização, escrita, surgimento da instituição escola e finaliza com a cultura da escola, o processo de ensinar e a relação de professores e alunos). Estuda a estrutura da escola à luz de uma caracterização sócio histórica.	Sem indicação	Sem pesquisa de campo.
8	Educação infantil.	Abordagem etnográfica (a partir da experiência de uma das autoras como psicóloga escolar de uma Associação pró-educação de Plano Piloto-DF; usou a abordagem etnográfica como forma de inserção no cotidiano escolar e de investigação)	Plano Piloto-DF.	Uma Associação de Educação infantil. (140 crianças; 300 pais; 32 funcionários).
9	Educação básica Ensino Fundamental das Regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste	Pesquisa exclusivamente bibliográfica (análise do programa Fundescola e análise de dados da SEE-GO com relação ao programa).	Goiás	Dados da SEE.
10	Rede de ensino	Pesquisa exclusivamente bibliográfica (tentativa de encontrar um caminho para as tensões que	Sem identificação	(**cita brevemente pesquisa de campo com 34 escolas, mas não retoma em

		afetam os sistemas públicos de ensino os quais vivem sobre políticas ora neoliberais, ora democráticas/ participativas e suas consequências para o sistema de ensino)		nenhum outro momento do texto)
11	Rede Municipal de Educação. Ensino Fundamental	Abordagem qualitativa (Bardin) como procedimento central de investigação (realização de entrevistas semiestruturadas com professores) e análise de documentos da escola e da Rede Municipal de Educação.	Belo Horizonte- MG	Uma escola (não especifica o número de entrevistados).
12	Rede Estadual e Municipal do Estado do Paraná.	Pesquisa de base exclusivamente documental. Análise do Projeto qualidade no ensino público (PDE) à luz das propostas neoliberais educacionais do Governo do Estado do Paraná	Paraná	Sem pesquisa de campo.

QUADRO 2 - MODALIDADE DE ENSINO, INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS E LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA (PARTE DO QUADRO DE REFERÊNCIA QUE CONSTA NO APÊNDICE A)

FONTE: Banco de periódicos CAPES (2015)

Os artigos que tiveram base exclusivamente documental analisando documentos, programas educacionais ou os processos históricos pelos quais a educação já passou, somam cinco de um total de 12 artigos analisados. Os artigos em que a pesquisa empírica é usada de base para desenvolver as discussões, aproximando-se diretamente da realidade da escola para desenvolver suas reflexões perfazem 6 artigos. A entrevista foi o instrumento mais utilizado, cinco pesquisas a apresentaram como recurso de investigação. O artigo 4, além da entrevista, utilizou questionários e reuniões como instrumentos metodológicos para reflexão e discussão do projeto político-pedagógico com diretores assistentes de diretoria e coordenadores pedagógicos de diferentes escolas. Assim como no artigo 4, no artigo 1 foi utilizado diferentes instrumentos além da entrevista, como a associação livre da autonomia e de solicitação de desenho a respeito da mesma temática. Apenas um artigo apresentou base exclusivamente biobibliográfica para embasar discussões.

A pesquisa de caráter etnográfico foi base de pesquisa do artigo 3 e 8. No artigo 3 esse instrumento foi usado, pois busca compreender como ocorre a integração das questões socioculturais na proposta curricular e na prática pedagógica da unidade pré-escolar pesquisada. Na mesma linha, o artigo 8, emprega a abordagem etnográfica como forma de inserção no cotidiano escolar e de investigação em uma relação contínua de uma das autoras com os participantes. Como explicam Sato e Souza (apud, CHAGAS, et.al., 2012, p.77)<sup>4</sup>, essa a abordagem tem por objetivo “compreender como as pessoas coletivamente constroem e dinamizam processos sociais e como a subjetividade se expressa (...)”.

Em geral, observou-se algumas dispersões pois não se repetem de modo significativo os locais de pesquisa, as metodologias e o número das amostras.

Ao comparamos os artigos que apresentam exclusivamente base documental aos que apresentam pesquisa de campo, de maneira geral eles apresentam equidade quanto à qualidade e à clareza, apresentando argumentações e reflexões densas.

O artigo 10, de Luiz Carlos de Freitas, foi considerado de base exclusivamente teórica pois, apesar de apresentar alguns dados empíricos, a exposição de dados aparece apenas em um momento do artigo e não é detalhada pois alega-se sigilo, não sendo retomada em nenhum outro momento do texto, nem mesmo nas considerações finais. Tal aparente fragilidade, no entanto, não resulta na produção de um texto precário, ao contrário, trata-se de um artigo consistente que apresenta boa argumentação.

O artigo 1, a exemplo, a autora Luciana Rosa Marques propõe-se verificar como o projeto político-pedagógico é entendido na sua relação com a construção da autonomia da escola, além do seu papel na instituição de relações democráticas no cotidiano escolar. Para isso ela se baseou nas representações sociais dos conselheiros de três escolas.

Verificar como o PPP é entendido e sua relação com a autonomia da escola também foi objeto do artigo 4 que pesquisou 37 escolas municipais para fazer suas análises. Se comparado aos artigos 1 e 4, o artigo 5, ao contrário do que se poderia

---

<sup>4</sup> SATO e SOUZA, 2001, *apud* CHAGAS, et. al., 2012, p.77.

imaginar por apresentar discussão sobre autonomia com base exclusivamente bibliográfica, faz considerações importantes a respeito do tema, que podem ser aplicadas à realidade da escola, mesmo não tendo feito pesquisa empírica. Nesse sentido destaca-se a crítica à delegação de responsabilidades que parece aderir-se a autonomia da escola presente em alguns discursos, como já comentado anteriormente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de realizar leitura no campo da educação, principalmente pelo grande volume de artigos, pela característica de serem leituras minuciosas e, talvez por eu ser da área de Ciências Biológicas, ao menos inicialmente, foi difícil. Foram necessárias as vezes até três leituras do mesmo parágrafo em cada artigo para a compreensão de alguns argumentos. Entretanto, essa experiência fez com que eu conhecesse alguns autores como por exemplo Ivanise Monfredini, autora do artigo 4, e Luiz Carlos Freitas, artigo 10, que tratam de assuntos diferentes, mas que foram igualmente enriquecedores. O primeiro por relacionar muito bem, ao meu ver, autonomia e PPP, e o segundo por fazer reflexões às políticas que financiam o sistema educacional brasileiro.

Em termos gerais, esta pesquisa revelou alguns dados importantes como a baixa produção acadêmica com ênfase em questões relacionadas ao PPP voltada para a educação básica, fato que se contrapõe aos discursos que pontuam esse documento como essencial e norteador nas instituições escolares. A pouca relevância quantitativa de produções acadêmicas voltadas a temáticas que envolvem o projeto político-pedagógico na área da educação básica, já apontada por Silva (2014), fica evidente quando comparamos a quantidade de periódicos na área educacional existente no banco da Capes em 2014 –1.377- (SILVA, 2014) com a quantidade de artigos que tratam desse tema na educação básica, apenas 12.

Complementarmente, constatou-se a ausência de autores especializados nessa temática (com a única exceção de Ilma Passos Alencastro Veiga) e também dispersão quanto aos autores usados nas pesquisas, sendo eles citados de modo repetido em poucos trabalhos. Mesmo os mais citados, aparecem no máximo em 3 artigos diferentes, a exemplo de Gentili, Sacristan, Bardin, Fonseca, Sobrinho, etc. Essa dispersão leva a uma dificuldade de gerar pesquisas que aprofundem a compreensão sobre a temática do PPP e que tenham como base autores especializados no assunto.

Cinco artigos abordaram a temática que cerca o projeto político pedagógico contando com pesquisa de base exclusivamente documental e metade com dados empíricos construídos a partir da realidade escolar. Nesse sentido, nenhuma tendência ficou apontada no que diz respeito, por exemplo, à clareza e a sustentação de argumentos entre pesquisas de base exclusivamente documental e pesquisas que contaram com dados empíricos sobre a realidade escolar. Tanto em uns quanto em outros artigos, em geral, pôde-se notar densidade na exposição dos objetivos, na articulação dos argumentos, na relevância das pesquisas e reflexões sustentadas.

Apesar da política educacional ser a área que concentra a maior parte dos artigos, questionamo-nos se e em que medida o termo político faz diferença quando pensamos na questão do projeto pedagógico na escola. Esta dimensão política foi sobretudo enfatizada a partir da década de 1980 como resposta aos problemas verificados no contexto das políticas educacionais implementadas durante a ditadura militar (tecnicismo, censura, despolitização, etc). Pode ser que essa ênfase na política tenha perdido historicamente o sentido e pelo que fica demonstrado nesta pesquisa, nunca teve aderência nos rumos que parte significativa da pesquisa acadêmica no campo escolar tiveram, já que quantitativamente foi baixíssima a produção de artigos enfatizando questões relacionadas ao projeto político pedagógico na educação básica. Isso não quer dizer que a dimensão política não seja hoje mais relevante para se entender e discutir a realidade educacional, em geral e particularmente no projeto pedagógico, mas sim que talvez essa dimensão seja tão importante quanto outras (cultural, social, histórica, etc).

Tendo como referência esses apontamentos, realizamos uma busca por artigos no banco de dados da Capes<sup>5</sup>, com as duas expressões projeto pedagógico e projeto político pedagógico, os dois revisados por pares. O sistema então revelou 284 artigos contra 114 artigos quando acrescentado o termo 'político' à mesma busca.

---

<sup>5</sup> Consulta feita em 29/10/15 no site [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br), digitando no espaço 'inserir termo' a expressão "projeto pedagógico" revisado por pares.

Isso indica que as pesquisas que assumem o termo projeto pedagógico vem sendo quantitativamente mais produzidas. Faz então sentido manter o termo político quando designamos a questão do projeto pedagógico da escola?

Seria interessante continuar esses mapeamentos, agora englobando a busca das características da produção voltada para o tema do projeto pedagógico.

## REFERÊNCIAS

BOTO, Carlota. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. **Caderno Cedes**, Campinas, v.23, n.61, p. 378-397, dez. 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a08v2361.pdf> >. Acesso 04 jul. 2015

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: out. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: out. 2014

CHAGAS, Julia C.; PEDROSA, Lúcia S.; BRANCO Angela B. Direitos humanos e democracia na educação infantil: atuação do psicólogo em uma associação pró-educação. **Estudos de Psicologia**, 17(1), janeiro-abril/2012, 73-81. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2012000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2012000100009&script=sci_arttext) >. Acesso em 04 jul. 2015

CAPES. **Portal de periódicos**. Disponível em: [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br) Acesso em out. 2015

CAPES. **QUALIS**. Disponível em < <http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2550:capex-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis> >. Acesso em 21 out. 2015

DELGADO, Cristina C. A construção de uma alternativa curricular para a pré-escola: A experiência do NEI Canto da Lagoa. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol.19, n.63, p. 126-152, agosto 1998. Disponível em <

[http://scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301998000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 15 jun. 2015

DE ROSSI, Vera L. S. Mu dança com máscaras de inovação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol.26, n.92, p. 935-957, Especial- Out. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a11.pdf> >. Acesso em: 04 jul. 2015

FONSECA, Marília. O projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar. **Caderno Cedes**, Campinas, v.23, n.61, p.302-318, dez. 2003. Disponível em:<<http://www.cepes.unicamp.br>>. Acesso em: 29 abril 2015

FREITAS, Luis C. Qualidade negociada: avaliação e contra- regulação na escola pública. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol.26, n.92, p.911-933, Especial-Out.2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a10.pdf> >. Acesso em: 04 jul. 2015

GLÓRIA, Dília M. A.; MAFRA, Leila de A. A prática da não-retenção escolar na narrativa de professores do ensino fundamental: dificuldades e avanços na busca do sucesso escolar. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p.231-250, maio/ago.2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200003)>. Acesso em: 04 jul. 2015

KNOBLAUCH, A., *et al.* Levantamento de pesquisas sobre cultura escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.38, n. 03, p.557-574, jul./set.2012.

LECLERC, Gesuina. Sistema único de ensino: o desafio da construção e da ampliação do espaço público de direitos na escola pública de Mato Grosso. **Revista Educação e Sociedade**, ano XXIII, n.78, p. 199-222, abril 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200012) >. Acesso em: 15 jun. 2015

MANFREDINI, Ivanise. O projeto pedagógico em escolas municipais: análise da relação entre autonomia manutenção e/ou modificação de práticas escolares. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol.28, n.2, p. 41-46, jul./dez. 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022002000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000200004)>. Acesso em: 15 jun. 2015

MARQUÊS, Luciana R. O projeto político pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola e nas representações sociais dos conselheiros. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol.24, n.83, p.577-597, ago. 2003. Disponível em < <http://www.cedes.unicamp.br> >. Acesso em: 29 abril 2015.

OLIVEIRA, João F. de; FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza S. O programa Fundescola: concepções, objetivos, componentes e abrangência- a perspectiva de melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol.26, n.90, p. 127-147, Jan./Abr. 2005. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a06v2690.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2015

PARASKEVA, João M. **Michael W. Apple e os estudos [curriculares] críticos**. Currículo sem Fronteiras, v.2, n.1, pp.106-120, Jan/Jun 2002. Disponível em <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/paraskevaconf.pdf>>. Acesso: 21 out. 2015.

QUALIS. **Plataforma Sucupira Capes**. Disponível em <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf> qualis.capes.gov.br>. Acesso em: 21 out. 2015.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete S. B. Projeto qualidade do ensino público no Estado do Paraná (PQE): uma análise do malogro da qualidade total de ensino. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v.32, n.1, p.56-61, 2010. Disponível em < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/4228/4228> >. Acesso em: 04 jun.2015

SILVA, Emanuelle G. da. **Mapeamento de resumos de artigos científicos existentes no banco de dados da Capes sobre a temática do Projeto Político Pedagógico (PPP)**. 2014. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso Superior em Pedagogia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SOUZA, Ângelo R. *et. al.* **Gestão democrática da escola pública**. Universidade Federal do Paraná, Pró-reitora de Graduação e Ensino Profissionalizante; Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores (CINFOP); Ministério de Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed da UFPR, 2005. 68p. Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública, volume 3.

VASCONCELOS, Celso. Projeto Político Pedagógico. In: VASCONCELOS, Celso. **Planejamento. Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. 4ª parte- projeto político-pedagógico. 7ª ed.- São Paulo: Libertad, 2000, s. p.

Disponível em: [www.moodle.ufba.br/mod/resource/view.php](http://www.moodle.ufba.br/mod/resource/view.php). Acesso em: 04 nov. 2015

VEIGA, Ilma P.A. (Org.). **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, 4. ed. SP: Papyrus, 2001.

VEIGA, Ilma P.A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos A.(Org). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus,1998, p. 01-35.

## APÊNDICE

Apêndice A- Quadro de referência – Principais características dessa produção .....	40
---	----

## APÊNDICE A- Quadro de referência - Principais características dessa produção.

Artigo e título	Autor(es)	Revista e acesso	Palavras-chave	Temas centrais	Autores citados/frequência	Área do conhecimento	Nível/Modalidade de ensino pesquisada	Instrumentos de pesquisa	Local da pesquisa	Nº de escolas/sujeitos pesquisados
Artigo 1 O projeto político pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola e nas representações sociais dos conselheiros.	Luciana Rosa Marquês	Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 24, n.83, p. 577-597, agosto 2003.  Disponível em: < <a href="http://www.cedes.unicamp.br">http://www.cedes.unicamp.br</a> >  Acesso em 29 de abril de 2015	PPP; Conselho escolar; representações sociais; democracia; autonomia.	Neoliberalismo; política educacional; conselho escolar-descentralização, democratização, autonomia, participação, gestão escolar; planejamento; teoria das representações; planejamento; melhoria-qualidade de ensino; cotidiano escolar; comunidade escolar; liberdade.	Dowbor,1997; Pimenta,1998; Bresser Pereira,1996; Barroso,1998; Silva,1996; Spink,1995; Abric,1992; Minaygo,1994; Bardin,1997; Veiga e Resende,1998; Paro,1997; Neves,1996; Azevedo et al.,1999; SEED – Cabo de Santo Agostinho, 97/00/	Política educacional	Rede Municipal de ensino. Ensino fundamental.	Coleta de dados baseada em três técnicas: associação livre (palavra indutora-associação técnica de Abric 1992-unidades de significação); entrevistas (com dirigentes, professores, pais, alunos, funcionários); solicitação de desenho sobre autonomia escolar seguida de explicação.	Santo Agostinho, Região metropolitana do Recife.	Três escolas públicas
Artigo 2 O projeto político-	Marília Fonseca	Caderno Cedes, Campinas,	Gestão de escolas fundamenta	Programas e políticas educacionais	Rodrigues e Herran,200	Política educacional	Ensino fundamental.	Entrevistas com os participantes	Três municípios de	Nove escolas municipais ou estaduais

pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar.		v.23, n.61, p.302-318, dezembro 2003  Disponível em: < <a href="http://www.cepes.unicamp.br">http://www.cepes.unicamp.br</a> >  Acesso em 29 de abril de 2015	is; políticas públicas; funcionamento da educação.	(PDE FUNDESCOLA, PAIE); autonomia; qualidade de ensino; gestão escolar; financiamento, aplicação de recursos, parcerias; descentralização; planejamento; estratégico; liderança; eficiência; Banco Mundial; BIRD; BID	0; The World Bank, 1999; Marra et al., 1999; Sobrinho, 2001; Fonseca e Oliveira, 2003; Ribeiro, 2002; Veloso et al., 2003; Siqueira Júnior, 2002; Torre, 1997; Fonseca, 1995 e 2001/02.			do Grupo de sistematização do PDE e também com professores.	Goiás.	públicas
Artigo 3 A construção de uma alternativa curricular para a pré-escola: A experiência do NEI Canto da Lagoa.	Ana Cristina Coll Delgado	Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 19, n.63, p. 126-152, agosto 1998.  Disponível em < <a href="http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-7330199800">http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-7330199800</a> >	Educação infantil; pré-escola; currículo real; PPP.	PPP; cotidiano e cultura local e ampla; manifestações socioculturais das crianças e da comunidade; currículo real x currículo tradicional; participação democrática; envolvimento das famílias/comunidade escolar	Geertz (89); Dauster (1989); Corestein (1993); Bardin (1977); Nicolacci (1987); Soares (1989); Patto (1993); Kramer (1992/93);	Sociologia/filosofia da educação.	Educação infantil.	Abordagem qualitativa de pesquisa de campo e estudo de caráter etnográfico (análise de conteúdo baseada em Bardin). Foram feitas análises de documentos e entrevistas semiestrutur	Canto da Lagoa – Florianópolis	Um Núcleo de educação infantil (NEI)

		0200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>  Acesso em 15 de junho de 2015		(inferência); integração das questões socioculturais na proposta curricular e na prática pedagógica.	Abramovay (1991); Forquin (93/96); Sacristán (96); Apple (82/89/91); Giroux (92/94); Connell (95); Moreira e Silva (94/95/96); Rial (88); Zago (94/97); Cunha (92); Zanten (95); Ezpeleta e Rockwell (89); Veiga (95); MEC (94); Benavente (91); Neumann (96); Bernstein (82); Derouet (95); Delamont (95)			adas com pais, moradores locais.		
Artigo 4	Ivanise	Revista	Educação;	Autonomia	Mészáros,	Política	Rede	Levantamen-	São	Trinta e sete

O projeto pedagógico em escolas municipais: análise da relação entre autonomia manutenção e/ou modificação de práticas escolares.	Manfredini	Educação e Pesquisa, São Paulo, vol.28, n.2, p. 41-46, jul./dez. 2002  Disponível em < <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1517-97022002002020004">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1517-97022002002020004</a> >.  Acesso em 15/06/2015	política educativa; PPP	escolar; PPP; prática escolar; educadores; comunidade; participação; elaboração e implementação; unidades escolares; autonomia delegada; práticas alternativas; limites organizacionais; plano de ação; políticas públicas; comunicado 703/97 SP	81/93; LDB; Romão,97/00; Saviani,94; Coraggio,93; Gramsci,91; Tommasi, Warde, Haddad,96; Catani,96; Warde,98; Chesnais,96; Cepasl/Unesco,92; Castel,98; Oliveira,98; Canário,95; Adorno e Horkheimer,85; Jameson,97; Arroyo,00.	Educação	Municipal de ensino. Ensino Fundamental	to de dados a partir de aplicação de questionários, visita as escolas com entrevistas de diretor e coordenadores pedagógicos e reuniões para reflexão e discussão sobre o PPP.	Paulo	escolas
Artigo 5 Sistema único de ensino: o desafio da construção e da ampliação do espaço público de direitos na	Gesuína Leclerc	Revista Educação e Sociedade, ano XXIII, n.78, p. 199-222, Abril/2002  Disponível em < <a href="http://www.sc">http://www.sc</a>	PPP; políticas públicas; Estado; sindicalismo; democracia	Políticas educacionais sindicalismo; gestão democrática; cidadania; sociedade; unificação da educação(local); autonomia; valores/custos por	Jornal A gazeta/95; Chauí, 94/, Genro,97; Avelar,96; Rodrigues, 96; Kenski,95; Cunha e Milhomem, 96;	Política Educa-	Educação básica.	Base teórica (autora apóia-se nas relações entre Sintep-MT e Governo MT – documentadas em termos de	Sem pesquisa de campo	Sem pesquisa de campo

escola pública de Mato Grosso.		ielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200012 >.  Acesso em 15/06/2015		aluno;	Arroyo,96; Frigotto,95/96; Sacristán,96; Bobbio,83/86; Silva e Ianoni,99; Keynes,84; Leite,94; Freire,97; Gramsci apud Buciglucksman,80; Albano,95/98; Sintep-MT,96; Gentili,96; Arroyo e Abicalil,96;			referências, em conferências e propostas do Sintep e do Governo e no cenário político e tensões da época).		
Artigo 6 Mu dança com máscaras de inovação.	Vera Lúcia Sabongi De Rossi	Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol.26, n.92, p. 935-957, Especial-Out. 2005  Disponível em < <a href="http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a11.pdf">http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a11.pdf</a>	Inovação/mudança; modernização da educação básica; reforma educacional; PPP.	Política educacional; inovação; reforma; mudança educacional; cultura escolar; estruturação do PPP (inovador); qualidade de ensino; políticas públicas;	Hobsbawn,88; Le-Goff,84; Condorcet,93/94; Conferência Mundial de Educação,84; Nunes,04; Gorz,05; Martinez Boom,04; Carvalho,9	Política educacional	Educação básica	Base teórica (a autora faz, através de fontes selecionadas, uma reflexão a respeito das propostas políticas quanto à inovação e modernização da educação).	Sem pesquisa de campo	Sem pesquisa de campo

		> Acesso em 04/07/2015			8; Hilsdorf, Ward e Carvalho,0 4; Cortez e Souza,00; Romanelli,7 8; Sacristán,9 6; Gentili et al.,04; Krawczyk e Veiga,03; Frago,98; Lima,01; Touraine,8 1; Escolano;0 5; Veiga,03; De Rosssi, 99-05; Castillo,99; Cárdenas,9 9; Martinez Pineda,05; Gallego,04; Apple e Beane,00; Sebarroja,0 1; Certeau,95; Cambi,99; Negt e Kluge,99; Moraes,04; Benjamin,8					
--	--	------------------------------	--	--	---	--	--	--	--	--

					5; Reis,98; Rouanet,s. a; Levefre,62; Ortiz,88; Hollanda,73.					
Artigo 7 A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito.	Carlota Boto	Caderno Cedes, Campinas, v.23, n.61, p. 378-397, dezembro 2003.  Disponível em < <a href="http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a08v2361.pdf">http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a08v2361.pdf</a> >.  Acesso 04/07/2015	Educação; escola; pedagogia; instrução; história.	História da escolarização; escrita; surgimento de instituições escolares; cultura escolar; mudança/ inovação; educação; ensinar;	Durkheim,77; Chartier,87/01; Eisenstein,98; Furet e Ozaouf,77; Nos,98; Graff,94; Olson,97; Bottéro et al.,95; Mannheim e Stewart,77; Julia,01; Vincent,94; Escolano,98; Viñao,98; Azanha,87/92; Chervel,98; Mannheim,77; Arendt,79; Snyders,95; Peters,79; Lauand,00.	Sociologia/filosofia da educação	Educação 'geral'	Base teórica (autora faz uma contextualização histórica sobre a escolarização – começa pela idade média, passando pela alfabetização, escrita, surgimento da instituição escola e finaliza com a cultura da escola, o processo de ensinar e a relação de professores e alunos). Estuda a estrutura da escola à luz de uma	Sem pesquisa de campo.	Sem pesquisa de campo.

								caracterizaçã o sócio histórica.		
Artigo 8 Direitos humanos e democracia na educação infantil: atuação do psicólogo em uma associação pró- educação.	Julia Chamusc a Chagas, Regina Lúcia Sucupira Pedroza, Angela Uchoa Branco.	Estudos de Psicologia, 17(1), janeiro- abril/2012, 73-81  Disponível em < <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2012000100009&amp;script=sci_arttext">http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2012000100009&amp;script=sci_arttext</a> >.  Acesso: 04/07/2015	Psicologia escolar; educação infantil; democracia ; direitos humanos	Desenvolvimento cognitivo; cultura coletiva/pessoal; democracia; diálogo como prática permanente e necessária; formulação do PPP (teoria x prática); qualidade de educação	Candau,07/ 08; Perrenoud, 04; Madureira e Branco,05; Valsiner, 89/98; Palmieri e Branco,04; Martins e Branco, 01; Barreto,04; Branco,03; Branco e Valsiner,97; Tacca e Branco,08; Queiroz, Maciel e Branco,06; Corrêa,07; Diobnet,01; Zanaide,07; Dias,07; Pulino,01; Sato e Souza,01; Yokoy e Pedroza,05 ; Vygotsky,0	Psicolo- gia da educa- ção	Educação infantil.	Abordagem etnográfica (a partir da experiência de uma das autoras como psicóloga escolar de uma Associação pró- educação de Plano Piloto- DF usou a abordagem etnográfica como forma de inserção no cotidiano escolar e de investigação)	Plano Piloto-DF.	Uma Associação Educação infantil (140 crianças; 300 pais; 32 funcionários).

					0; Pires e Branco,07; Fonseca,03					
Artigo 9 O programa Fundescola : concepções, objetivos, componentes e abrangência perspectiva de melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas	João Ferreira de Oliveira; Marília Fonseca; Mirza Seabra Toschi.	Educação e Sociedade, Campinas, vol.26, n.90, p. 127-147, Jan./Abr. 2005 Disponível em < <a href="http://www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a06v2690.pdf">http://www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a06v2690.pdf</a> >.  Acesso em: 04/07/2015	Gestão de escolas fundamentais; políticas públicas e financiamento da educação; política educacional; planejamento escolar.	Gestão democrática; autonomia; financiamento (BM); PDE; método gerencial; PPP; políticas públicas.	Brasil/MEC/ FUNDESCOLA, 02/03; LDB; Lei 10.172/01; Marra et al,99; Woard Bank,99; Estado de Goiás/SEE/COEP, 01; FUNDESCOLA-Boletim técnico,02; Braverman, 87	Política educacional	Educação 'geral'	Base teórica (análise do programa Fundescola e análise de dados da SEE-GO com relação ao programa).	Estado de Goiás.	Sem pesquisa de campo
Artigo 10 Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública.	Luis Carlos de Freitas	Rev. Educação e Sociedade. Campinas, vol.26, n.92, p.911-933, Especial-Out.2005  Disponível em < <a href="http://www.scielo.br/pdf/es/">http://www.scielo.br/pdf/es/</a>	Qualidade negociada; serviço público; avaliação institucional ; projeto pedagógico ; regulação	Políticas neoliberais x políticas participativas e democráticas; PPP como base de mudança; serviço público x privado; equidade; participação	Dias Sobrinho,02; Afonso,98; Freitas e Miranda,04; Oliveira,05; Freire,75; Bondioli,04; Ludke,84; Saul,88; Gouveia,92 ; Bourdieu	Política educacional	Sem identificação	Base teórica (tentativa de encontrar um caminho para as tensões que afetam os sistemas públicos de ensino os quais vivem sobre políticas ora	Sem identificação	(**cita pesquisa de campo com trinta e quatro escolas, mas não retoma em nenhum outro momento do texto)

		v26n92/v26n92a10.pdf >.  Acesso em: 04/07/2015			e Passeron,75; Bourdieu,01; Supiot,95; Bertagna,03; Quagliato,03; Biani,04; Jatene,05;			neoliberais, ora democráticas / participativas e suas consequências para o sistema de ensino)		
Artigo 11 A prática da não-retenção escolar na narrativa de professores do ensino fundamental: dificuldades e avanços na busca do sucesso escolar.	Dália Maria Andrade Glória e Leila de Alvarenga Maíra	Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p.231-250, maio/ago.2004 Disponível em < <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1517-97022004000200003">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1517-97022004000200003</a> >  Acesso em 04/07/2015	Não-retenção escolar; professores ; sucesso escolar	democratização do ensino; fracasso escolar; qualidade de ensino; exclusão/evasão escolar; desigualdade; ciclos de ensino; projeto político pedagógico (PPP inovador) escola plural; não-retenção; sistema de avaliação; reformulação do currículo;	Horta,98; Cury,Horta,Fávero,96; Cury,00, Teixeira,69,94; Romanelli,98; Forquin,95; Bourdieu,98; Silva, et al.,93; Patto,88; Gatti,93; Sposati,00; UFMG,00; Bardin,00; Baptista,98; Belo Horizonte,94; Perrenoud,97/99; Nóvoa,97; Costa,95;	Sociologia/filosofia da educação	Ensino fundamental da Rede Municipal de Educação	Abordagem qualitativa como procedimento central de investigação (realização de entrevistas semiestruturadas) e análise qualitativa para análise das entrevistas baseada em Bardin.	Belo Horizonte	Uma escola

					Silva, Davis,93; Leite,99; Oliveira,97;					
Artigo 12 Projeto qualidade do ensino público no Estado do Paraná (PQE): uma análise do malogro da qualidade total de ensino.	Alexandre Shigunov Neto e Lizete Shizue Bomura Maciel	Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. Maringá, v.32, n.1, p.56-61, 2010  Disponível em < <a href="http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/4228/4228">http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/4228/4228</a> >.  Acesso em: 04/07/2015	Educação; neoliberalismo; qualidade total.	Política neoliberal; qualidade na educação; PQE (projeto qualidade no ensino público).	Gentili e Silva,99; Sader e Gentili,95; Azevedo,95 ; Carrion e Vizentini,97 ; Comblin,01 ; Shigunov Neto e Maciel,04; Estêvão,98,00,02; Gentili,98,99,00; Pacheco,00 ; Passet,02; Santomé,03; PQE,01; Hayvek,90; SEED,01	Políticas educacionais	Rede de ensino doParaná	Base teórica. Análise do PQE à luz das propostas neoliberais educacionais do Governo do Estado do Paraná.	Estado do Paraná.	Sem pesquisa de campo